



Ecofeminismo: o papel das mulheres na liderança da preservação ambiental de Antonina - PR

Eliane Regina Crestani Tortola ¹
Bernadete Gaspar de Abreu ²
Juliana Michelle Pardo ³

Angelita Belo ⁴

Luciane Regina Jacinto Smanioto⁵

Educação ambiental (artes e meio ambiente)

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar o papel das mulheres na liderança e preservação ambiental em Antonina, Paraná, a partir da perspectiva ecofeminista. A pesquisa explora as contribuições dessas líderes para práticas sustentáveis e a importância da igualdade de gênero na promoção da sustentabilidade ambiental. Utilizando uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas com lideranças femininas locais, a fim de investigar suas motivações pessoais e acadêmicas, bem como as influências sobre a comunidade. Além disso, o estudo examina os desafios enfrentados por essas mulheres devido ao preconceito de gênero e as estratégias que utilizam para superá-los. A justificativa para o estudo está baseada na lacuna existente nas pesquisas que integram as teorias ecofeministas à análise prática da liderança feminina em contextos rurais, como o de Antonina. Os resultados revelam que, apesar das barreiras, essas mulheres continuam a desempenhar um papel essencial na sensibilização ambiental e na promoção de práticas equitativas, influenciadas por suas experiências acadêmicas e pelo cuidado com a comunidade. Este trabalho busca contribuir para a discussão teórica sobre equidade de gênero e sustentabilidade, além de fornecer subsídios para políticas públicas que fortaleçam a justiça social e ambiental em comunidades locais.

Palavras-chave: Meio ambiente; Mulheres; Sustentabilidade; Preconceito de gênero

¹Professora Doutora da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, Mestrado Profissional em ensino de Ciências Ambientais, e-mail: elitortola@gmail.com.

² Aluna do Curso de mestrado Profissional em ensino de Ciências Ambientais, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, email: bereabreu@gmail.com

³ Aluna do Curso de mestrado Profissional em ensino de Ciências Ambientais, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, email: pardo.michelle.juliana@gmail.com

⁴ Aluna do Curso de mestrado Profissional em ensino de Ciências Ambientais, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, email: beloangelita@gmail.com

⁵ Aluna do Curso de mestrado Profissional em ensino de Ciências Ambientais, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, email:lusmani@hotmail.com.





Introdução

O ecofeminismo emergiu como um movimento político e epistemológico em 1974, a partir da publicação da obra da pensadora francesa Françoise d'Eaubonne, que cunhou o termo "ecofeminismo" para descrever a interseção entre a opressão das mulheres e a exploração da natureza, criticando a dominação masculina que permeia o pensamento ocidental (Shiva e Mies, 1993). Esse movimento ecofeminista surgiu em um contexto de crescente conscientização ambiental e de lutas pelos direitos das mulheres, integrando ambas as causas em uma abordagem holística que busca a emancipação feminina em harmonia com a preservação ambiental (Silva, 2020).

Destacando-se no cenário ecofeminista, Shiva e Mies (1993) e Graad (2011) denunciaram a conexão entre o sistema patriarcal/capitalista e a opressão histórica das mulheres. As autoras defendem que as hierarquias que sustentam desigualdades de gênero e a exploração da natureza são expressões de um mesmo fenômeno estrutural. Apesar das mulheres serem as primeiras vítimas da deterioração ambiental, elas desempenham papéis cruciais na defesa da natureza.

O ecofeminismo, segundo Puleo (2011), desafía os modos tradicionais de produção de conhecimento e das relações de gênero, propondo uma reconexão entre humanidade e natureza e destacando a importância de ver os corpos humanos como partes vivas e integradas ao território que habitam. Também, assume uma posição de imperativo ético ao propor uma abordagem colaborativa que valoriza todas as formas de vida e busca a harmonia entre os seres humanos e o meio ambiente. Além de criticar o antropocentrismo, o movimento também questiona o androcentrismo, ao abordar a interligação entre a opressão de gênero e a degradação ambiental (Silva, 2020).

Pesquisadoras especializadas em ecofeminismo exploram suas múltiplas vertentes, investigando como a opressão de gênero e a exploração ambiental se entrelaçam, ao mesmo tempo que propõem alternativas para uma sociedade mais sustentável e igualitária (Siliprandi, 2000). Assim, o ecofeminismo nos convida a repensar nossa relação com o planeta, promovendo justiça social ambiental, ao mesmo tempo que sublinha que a igualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental estão intrinsecamente ligadas. Uma das vertentes do ecofeminismo que merece destaque é o













ecofeminismo cultural, que enfatiza a conexão intrínseca entre mulheres e natureza. As ecofeministas culturais argumentam que as mulheres, devido à sua capacidade de gerar vida, possuem uma afinidade natural com o meio ambiente. Defendem a valorização das qualidades femininas e a criação de uma sociedade que respeite e celebre a natureza, em oposição à cultura patriarcal que explora e degrada o meio ambiente. Para essa vertente, a emancipação de ambos só será possível com a superação do sistema capitalista, destacando-se a importância de uma análise crítica das estruturas econômicas e sociais que perpetuam a desigualdade e a exploração (Silva, 2020). Por outro lado, o ecofeminismo marxista analisa a opressão das mulheres e a destruição ambiental a partir da lente do materialismo histórico e da luta de classes, argumentando que o capitalismo é o principal motor da exploração tanto das mulheres quanto da natureza (Silva e Freitas, 2022).

O ecofeminismo enfatiza a conexão espiritual entre mulheres e natureza, especialmente nas tradições religiosas que cultuam deusas e valorizam a Terra como sagrada, buscando resistir à dominação patriarcal e promover uma relação harmônica com o meio ambiente. Além disso, as mulheres mostram maior envolvimento na preservação ambiental, adotando comportamentos mais sustentáveis e participando ativamente em projetos de conservação. A inclusão feminina em decisões ambientais é crucial para garantir soluções mais eficazes e sustentáveis, destacando a importância de sua participação para o sucesso das iniciativas de conservação (Silva, 2020).

Além disso, as mulheres têm demonstrado notável consciência e envolvimento em relação à preservação ambiental em comparação com os homens. Pesquisas indicam que as mulheres tendem a adotar comportamentos mais sustentáveis e a participar ativamente em iniciativas de conservação. Esse engajamento é fundamental para o sucesso de projetos de conservação, pois a participação comunitária é um dos pilares da sustentabilidade ambiental. A inclusão das mulheres em processos de tomada de decisão e em projetos de conservação garante que as soluções sejam mais abrangentes e eficazes (Silva, 2020).

Por fim, Puleo (2011) destaca que a crise ambiental e a desigualdade social estão interligadas, e a adoção de uma perspectiva ecofeminista é essencial para a solução desses problemas. A autora argumenta que a emancipação das mulheres e a preservação ambiental não são objetivos separados, mas interdependentes, sendo necessário persegui-los simultaneamente para alcançar um mundo mais





sustentável. Além disso, a conexão profunda com a natureza é fundamental para promover uma relação mais harmoniosa e sustentável entre a humanidade e o meio ambiente (Puleo, 2011).

No Brasil, o ecofeminismo se caracteriza por uma luta intensa contra a exploração e marginalização tanto das mulheres quanto da natureza. Este movimento emerge de uma compreensão crítica de que a opressão das mulheres e a destruição ambiental são resultados de um sistema patriarcal e capitalista que privilegia o controle e a dominação. Essa perspectiva é aprofundada e contextualizada por diversos estudos acadêmicos e ativistas que destacam as particularidades do contexto brasileiro (Duarte, 2015).

O ecofeminismo encontra, no Brasil, terreno fértil ao abordar a intersecção entre gênero, classe, raça e meio ambiente. Conforme discutido por Oliveira (2005), a opressão das mulheres rurais está diretamente ligada à degradação ambiental promovida por práticas agrícolas intensivas e monoculturais. Oliveira (2005) argumenta que as mulheres são duplamente afetadas: por um lado, sofrem com a expropriação de suas terras e recursos naturais; por outro, enfrentam a violência de gênero exacerbada por tais conflitos agrários.

No contexto das comunidades indígenas, o ecofeminismo brasileiro aborda as formas específicas de marginalização que essas mulheres enfrentam. Flores (2022) descreve como as mulheres indígenas são guardiãs do conhecimento tradicional e práticas sustentáveis que estão sob ameaça devido ao avanço de projetos de mineração, desmatamento e agronegócio, e aponta que a destruição de seus territórios não só compromete a biodiversidade, mas também a continuidade cultural e a soberania alimentar dessas comunidades (Flores, 2022)

Em contextos marcados por desigualdades de gênero, o ecofeminismo emerge como uma crítica robusta às dicotomias tradicionais que separam natureza de cultura, público de privado e homem de mulher. No Brasil, essas dicotomias revelam-se particularmente significativas quando se observa a divisão sexual do trabalho, em que as mulheres são historicamente confinadas ao espaço doméstico e às atividades de cuidado, enquanto os homens ocupam predominantemente as esferas públicas e produtivas (Shiva e Mies, 1993). Segundo Duarte (2015), essa divisão, não apenas reforça a marginalização das mulheres, mas também desvaloriza suas contribuições essenciais à sustentabilidade e ao bem-estar comunitário. O ecofeminismo, ao propor a revalorização das atividades tradicionalmente





femininas, desafía essas estruturas opressoras e promove uma reconfiguração das relações entre os gêneros e entre os humanos e a natureza, apontando para uma efetiva justiça social e ambiental.

As políticas de desenvolvimento no Brasil frequentemente ignoram as necessidades e o conhecimento das mulheres, sobretudo daquelas em áreas rurais e indígenas. Este problema é aprofundado por Roso e Espindola (2021), que analisam como os projetos de desenvolvimento, muitas vezes direcionados por interesses corporativos e governamentais, marginalizam as vozes femininas e suas contribuições para práticas sustentáveis. As autoras argumentam que a incorporação da perspectiva ecofeminista nas políticas públicas poderia promover abordagens mais inclusivas e eficazes para o desenvolvimento sustentável, ao reconhecer o papel central das mulheres na preservação ambiental e na justiça social.

Em Antonina, cidade do litoral paranaense, é possível verificar a atuação das mulheres na preservação ambiental. A Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), RPPN Guaricica, é uma organização que trabalha na conservação da biodiversidade e na promoção do desenvolvimento sustentável. Como trabalho, desenvolve uma série de iniciativas focadas na conservação ambiental, incluindo a restauração de ecossistemas degradados, a proteção de espécies ameaçadas e a implementação de práticas agrícolas sustentáveis. Um dos projetos emblemáticos é a preservação da Floresta Atlântica, onde a organização trabalha para recuperar áreas desmatadas e incentivar práticas de uso do solo que sejam ecologicamente viáveis.

Além disso, promove programas educativos que visam aumentar a conscientização sobre a importância da biodiversidade e da conservação ambiental, tanto entre as comunidades locais quanto em um contexto mais amplo. (SPVS, [s.d.]). Essas ações são fundamentais para a conservação dos recursos naturais de Antonina e para a promoção de uma relação mais sustentável entre os seres humanos e o meio ambiente.

Já a Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN) atua na educação ambiental e preservação por meio de projetos como o Recuperação de Áreas de Preservação Permanentes Degradadas, Conservação (RAPPs), Implantação do CAR (Cadastro Ambiental Rural), de Sistemas Agroflorestais e Desenvolvimento da Educação Ambiental, em Bacias





Hidrográficas de Antonina – Paraná, de acordo com a rede social da ONG. Ambas organizações são dirigidas por mulheres.

A constatação do protagonismo das mulheres nas práticas socioambientais no litoral paranaense justifica o interesse pela temática abordada nessa pesquisa. Verificamos a falta de estudos que integrem o ecofeminismo à liderança feminina em contextos rurais neste território, buscando, tanto enriquecer o debate teórico, quanto subsidiar políticas públicas voltadas à justiça social e ambiental em nossa região.

Logo, este estudo analisa o papel das mulheres na liderança ambiental em Antonina, Paraná, sob a ótica ecofeminista, destacando suas contribuições para a sustentabilidade e a importância da igualdade de gênero. Investiga as motivações e influências dessas lideranças femininas na comunidade local, além de como elas enfrentam o preconceito de gênero e superam barreiras, promovendo práticas equitativas de preservação.

METODOLOGIA

Neste artigo, adota-se a abordagem metodológica da pesquisa qualitativa por meio de entrevistas, buscando compreender fenômenos sociais a partir da perspectiva das participantes. Essa estratégia é particularmente adequada para a exploração de temas complexos e subjetivos, em que a quantificação dos dados não captura adequadamente a profundidade das experiências humanas. A subjetividade característica dessa metodologia permite que as percepções e interpretações individuais sejam examinadas em profundidade, oferecendo uma compreensão detalhada dos fenômenos analisados e gerando insights significativos sobre as dinâmicas sociais e culturais (Gil, 2008).

A flexibilidade inerente à pesquisa qualitativa possibilita ajustes contínuos durante o processo investigativo, à medida que novas informações emergem das interações entre pesquisador/a e entrevistado/a. O caráter interativo das entrevistas qualitativas promove um diálogo contínuo, permitindo uma adaptação fluida às realidades estudadas. A análise dos dados concentra-se na interpretação de significados e na identificação de padrões emergentes, utilizando técnicas como a análise de conteúdo (Bardin, 2016) para destacar temas recorrentes e informações relevantes. Essa





abordagem holística é fundamental para capturar a complexidade dos fenômenos sociais, fornecendo uma base sólida para a tomada de decisões bem fundamentadas (Gil, 2008).

Para essa entrevista, realizou-se três perguntas: O que o/a motivou a trabalhar com meio ambiente e educação ambiental; você sofreu preconceito de gênero em seu trabalho atuando como gestor/a; Qual a sua percepção sobre o papel das mulheres na preservação ambiental. A análise dos dados em pesquisa qualitativa por entrevistas, conforme descrito por Bardin (2016), segue um processo sistemático e interpretativo composto por três etapas principais. A primeira fase, denominada préanálise, consiste na organização e seleção do material coletado, com o pesquisador realizando uma leitura flutuante para se familiarizar com o conteúdo e definir as categorias de análise.

Em seguida, na fase de exploração do material, os dados foram codificados e segmentados em unidades de registro, as quais são classificadas nas categorias previamente estabelecidas. Por fim, na etapa de tratamento dos resultados e interpretação, analisamos os dados categorizados, relacionando-os com as hipóteses iniciais e interpretando os resultados à luz do referencial teórico adotado. Esse método favorece uma compreensão profunda e detalhada dos fenômenos estudados, permitindo a identificação de significados e padrões emergentes das entrevistas (Bardin, 2016).

Dalla Valle e Ferreira (2016) ressaltam que essa metodologia oferece uma interpretação sistemática dos dados qualitativos. Segundo os autores, a técnica é fundamental para identificar padrões, tendências e significados nos dados coletados, proporcionando uma visão mais aprofundada dos fenômenos educacionais. Eles também destacam que a análise de conteúdo é essencial para garantir a validade e a confiabilidade nas pesquisas qualitativas, permitindo que o pesquisador extraia insights significativos e relevantes para a área educacional (Dalla Valle; Ferreira, 2016).

Acerca da metodologia de análise de conteúdo Mendes e Miskulin (2016) reforçam sua importância na pesquisa qualitativa, particularmente no campo da educação, pois essa técnica possibilita aos pesquisadores explorar as nuances e complexidades dos dados qualitativos, identificando relações e padrões que não são imediatamente perceptíveis. Além disso, a análise de conteúdo oferece uma estrutura sistemática para a interpretação dos dados, assegurando que os resultados sejam consistentes e bem fundamentados (Mendes e Miskulin, 2016).



Resultados e Discussão

A entrevista foi realizada com 3 lideranças femininas de Antonina na preservação ambiental, com idades de 35 a 60 anos, com formações desde pós-doutorado até Técnica em meio ambiente. Seguindo a metodologia de Bardin (2016) fez-se a transcrição das entrevistas para familiarização do material. Em seguida, realizou-se a fase de exploração do material, separando por categorias e, por fim, o tratamento e análise das categorias (Quadro 1).

Quadro 1. Categorias e subcategorias da análise de conteúdo das entrevistas

Categoria	Subcategorias
1. Motivação para Trabalhar com Meio Ambiente	1.1. Motivação Pessoal 1.2. Influência Acadêmica 1.3. Interação com Comunidades
2. Preconceito de Gênero no Trabalho	2.1. Experiência de Preconceito 2.2. Dificuldade em Ambientes Masculinos
3. Percepção sobre o Papel das Mulheres na Preservação Ambiental	3.1. Sensibilidade e Empatia3.2. Liderança Feminina

Na categoria motivação para trabalhar com meio ambiente, as três entrevistadas expressam motivações distintas, porém conectadas, para trabalhar com o meio ambiente e a educação ambiental. A primeira encontrou sua motivação durante o mestrado, quando começou a se envolver com questões ambientais através de sua formação acadêmica. A segunda desenvolveu essa sensibilidade desde a infância e, ao cursar ciências biológicas, percebeu a importância de envolver pessoas na conservação da natureza. A terceira foi motivada por sua experiência prática em uma unidade de conservação, onde





passou a se dedicar à educação ambiental e ao apoio a comunidades tradicionais. Em comum, todas destacam o papel central do envolvimento com pessoas e a natureza.

Os relatos das entrevistadas evidenciam que a motivação para trabalhar com o meio ambiente surge de uma conexão emocional e prática com a natureza e as pessoas, refletindo a visão ecofeminista discutida por Shiva e Mies (1993) e Graad (2011), que ressaltam a ligação única das mulheres com a natureza devido às suas experiências de vida. Isso também se alinha à perspectiva de Duarte (2015), que destaca o papel filosófico das mulheres no ecofeminismo, centrado no cuidado e na vivência com o meio ambiente. Além disso, a ênfase na educação ambiental como forma de transformação, mencionada pela segunda entrevistada, corrobora a análise de Silva (2020) sobre o papel das mulheres na promoção da conscientização ecológica em suas comunidades.

As entrevistadas relatam que o preconceito de gênero foi uma barreira significativa em seus campos de atuação, com a primeira enfrentando resistência de homens no licenciamento ambiental e na política, e a segunda destacando estereótipos em ambientes acadêmicos e profissionais. Já a terceira não mencionou preconceito direto, mas reconheceu desafios em trabalhar com comunidades tradicionais. Essas experiências refletem as dicotomias de gênero discutidas no ecofeminismo, conforme explica Duarte (2015), e confirmam a análise de Rosso e Espindola (2021) acerca da necessidade de mulheres superarem barreiras patriarcais para se afirmarem como líderes no campo ambiental.

A categoria Percepção sobre o Papel das Mulheres na Preservação Ambiental, as entrevistadas concordam que as mulheres possuem um papel único e relevante na preservação ambiental, impulsionado por sua sensibilidade e empatia, muitas vezes ligadas à maternidade e à herança cultural. A primeira entrevistada destaca o instinto materno como motor de solidariedade ambiental, enquanto a segunda enfatiza a capacidade das mulheres de resolver questões complexas, tornando-as líderes ideais em projetos ambientais. A terceira entrevistada ressalta o impacto das mulheres na conscientização das comunidades, demonstrando sua influência positiva nas unidades de conservação. Essa visão ecoa as ideias de Shiva e Mies (1993), que veem as mulheres como guardiãs naturais da biodiversidade.

A ligação entre maternidade, cuidado e preservação ambiental, conforme apontada pelas entrevistadas, alinha-se às teorias ecofeministas que associam o cuidado à experiência feminina. Além





disso, a ideia de que as mulheres devem ocupar mais cargos políticos nas agendas ambientais é apoiada por Oliveira (2005), que destaca o papel das mulheres na agroecologia e no Movimento Sem Terra - MST. A liderança feminina é vista como essencial para transformar políticas ambientais, promovendo sustentabilidade e bem-estar coletivo.

Essas categorias e subcategorias analisadas nas entrevistas demonstram como a prática e a experiência das mulheres no campo ambiental estão profundamente conectadas com as discussões teóricas do ecofeminismo. As dificuldades enfrentadas no trabalho, as motivações para atuar na preservação ambiental e a percepção do papel feminino na conservação ilustram a luta contínua das mulheres para redefinir sua relação com a natureza e com a sociedade, conforme abordado pelas autoras dos estudos ecofeministas aqui apresentadas.

Considerações Finais

Ao analisar o papel das mulheres na liderança ambiental em Antonina, Paraná, sob a ótica ecofeminista, foi possível constatar a importância dessas lideranças na preservação ambiental em contextos rurais. As mulheres, mesmo enfrentando preconceitos de gênero e barreiras em ambientes tradicionalmente masculinos, desempenham funções cruciais na promoção da sustentabilidade. Suas motivações, que incluem influências acadêmicas, sensibilização e o cuidado com a comunidade, evidenciam uma forte conexão entre questões de gênero e práticas ambientais, corroborando as teorias ecofeministas e ressaltando o impacto significativo dessas lideranças no contexto local.

Além do mais, o estudo sugeriu que políticas públicas devem valorizar e apoiar essas mulheres como agentes essenciais na formulação de estratégias de desenvolvimento sustentável. Ao reconhecer seus esforços na preservação ambiental, é possível fortalecer as práticas de justiça ambiental e equidade de gênero, criando um ambiente mais inclusivo e eficaz para a sustentabilidade. Esperamos que esse estudo abra caminho para futuras pesquisas e ações que ampliem o reconhecimento e o apoio às lideranças femininas na área ambiental.





Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.

DALLA VALLE, Paulo Roberto; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Educação em Revista**, v. 32, n. 1, p. 123-138, 2016. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/7697/14412/15009. Acesso em: 06 set. 2024.

DUARTE, Raquel Cristina Pereira. **O ecofeminismo e a luta pela igualdade de gênero**: uma análise à luz da teoria bidimensional da justiça. Dissertação (Mestrado). Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2015.

FLORES, Bárbara Nascimento. Ecofeminismo e comunidades indígenas: rumo à cultura de sustentabilidade ambiental e reconhecimento das identidades locais para enfrentamento de crises globais. **Sustentabilidade**, Campinas, v. 3, e225531, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/37461. Acesso em: 06 set. 2024.

GAARD, Greta. Ecofeminism revisited. In: SCHMIDTZ, David; WILLOTT, Elizabeth (Eds.). **Environmental ethics:** what really matters, what really works. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2011.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, Rosana Maria; MISKULIN, Rosana Giaretta Sguerra. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Educação**, v. 14, n. 2, p. 255-272, 2016. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3988/pdf .Acesso em: 06 set. 2024.

OLIVEIRA, Naia. Grupos Mulheres da Terra: abordagem fundamentada no ecofeminismo e na alfabetização ecológica. **Mulher e Trabalho**, v. 5, p. 101-112, 2005. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2716 Acesso em: 06 set. 2024.

PULEO, Alicia. Ecofeminismo para outro mundo possível. Conversamos com Alicia Puleo sobre seu novo livro. In: BOIX, Montserrat. **Mujeres en rede:** El periódico feminista. 2011. Disponível em: https://www.mujeresenred.net/spip.php?article1921. Acesso em: 22 ago. 2024.





ROJO, Bianca Larissa Soares de Jesus; ESPINDOLA, Angela Araujo da Silveira. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável: um estudo de caso diante da perspectiva da sustentabilidade e da sociedade em rede. **Revista Direito e Justiça:** Reflexões Sociojurídicas, Santo Ângelo, v. 21, n. 40, p. 59-79, maio/ago. 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.31512/rdj.v21i40.398. Acesso em: 06 set. 2024.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. Ecofeminism. Melbourne: Spinifex, 1993.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2000. Disponível em: https://ecofeminismo.pdf (usp.br). Acesso em: 12 ago. 2024.

SILVA, Lisiana Lawson Terra da; FREITAS, André Luis Castro de. Mulheres, patriarcado e ecofeminismo: reflexões a partir dos fundamentos da educação ambiental crítica. **Revista do NESEF**, v. 11, n. 1, p. 87, 2022. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/nesef/article/view/89055 Acesso em: 06 set. 2024.

SILVA, Maria Helena da Fonseca; FERREIRA, Rafael Henrique Mainardes; PICININ, Claudia Tania; RUBBO, Priscila. Caracterizações do ecofeminismo diante de uma revisão sistemática da literatura brasileira. In: **Anais...** XI Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção, 2020, UTFPR. Disponível em:

https://aprepro.org.br/conbrepro/2021/anais/arquivos/09262021_130951_61509c03dfbd8.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem E Educação Ambiental (SPVS). **Grande Reserva Mata Atlântica**. Disponível em: https://www.spvs.org.br/grande-reserva-mata-atlantica. Acesso em: 22 ago. 2024.